

# EXPANDINDO A HISTÓRIA DOS LAKLÃNÕ/XOKLENG NO RIO GRANDE DO SUL

YVES MARCEL SERAPHIM<sup>1</sup>

*IPHAE-RS, BRASIL*

<https://orcid.org/0000-0002-2984-0498>

---

## RESENHA

CUNHA, Lauro Pereira da. **Índios Botocudos nos Campos de Cima da Serra (RS)**. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

---

Já não são tão poucos os estudos em torno da história das populações indígenas no Sul do Brasil e, mais particularmente, no estado do Rio Grande do Sul. Existe, talvez, uma concentração temática, cujo efeito vincula a pesquisa sobre determinadas etnias à pesquisa sobre determinados períodos. Seria o caso do período missioneiro no passado dos Guarani, e, para os Kaingang, o período de aldeamentos no século XIX ou a implementação do SPI no século seguinte. De todo modo, o campo da História Indígena no estado testemunha um acúmulo paulatino de velhas e novas referências de estudo. Quem, entretanto, está longe de observar um efeito parecido são aqueles que estudam a história das populações que hoje se identificam como Laklãnõ/Xokleng.

---

<sup>1</sup> Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Antropólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: [yves.seraphim@gmail.com](mailto:yves.seraphim@gmail.com).

Há, sem dúvidas, produções importantes, algumas bastante conhecidas, como a do antropólogo (e historiador de formação inicial) Sílvio Coelho dos Santos, iniciada nos anos sessenta. Hoje, também acadêmicos Laklãnō pesquisam sua história. No entanto, o número de referências parece ser consideravelmente menor do que a das outras etnias sulinas<sup>2</sup>. É preferível evitar a hipótese de que a própria demografia Laklãnō/Xokleng, menor e menos dispersa do que a dos grupos Guarani e Kaingang, explicaria a menor quantidade de estudos. Na contramão desse tipo de pensamento, o livro de Lauro Pereira da Cunha, aqui resenhado, oferece pistas para entender algumas razões pelas quais a historiografia pouco se volta aos Laklãnō/Xokleng e assim o faz por meio de uma reconstrução eficaz de aspectos da vida dessa sociedade indígena desde o século XVII, quando se formula a caracterização dessa sociedade como incapaz de ser aldeada ou catequisada. Na expectativa de examinar o empreendimento de Cunha, esta resenha contempla o seguinte: 1) um resumo da trajetória histórica abordada no livro; 2) o destaque a caminhos abertos a maiores explorações para outros pesquisadores; 3) questões metodológicas a propósito das fontes historiográficas.

Antes de mais nada, é preciso argumentar que *Índios Botocudos nos Campos de Cima da Serra (RS)* preenche dois vãos na historiografia Laklãnō/Xokleng. Um deles é geográfico, pois o livro trata, como o livro anterior de Cunha, *Índios Xokleng e colonos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (Séc. XIX)*, da presença histórica dessa etnia no Rio Grande do Sul. Com isso, torna-se impraticável ou mesmo mal-intencionada qualquer menção aos Laklãnō/Xokleng como uma população exclusivamente catarinense. Uma vez que hoje as únicas T.I.s identificadas e demarcadas dessa população estão em Santa Catarina (seguindo um histórico de pacificação restrito a esse estado, a partir da década de 1910), tornou-se comum a associação entre a etnia e o estado<sup>3</sup>. É certo que os pesquisadores sabem que a extensão territorial Laklãnō era muito maior, alcançando o sudeste paranaense e o nordeste sul-rio-grandense. Ainda assim, a produção acadêmica se concentrou nas situações históricas vividas em Santa Catarina. Quando Cunha situa seu trabalho no espaço do Rio Grande do Sul, a antiga constatação da extensão territorial ganha, enfim, corpo e força.

O segundo vão preenchido por Cunha é cronológico. Boa parte dos estudos sobre os Laklãnō/Xokleng, ou Botocudos (como eram chamados no início do século XX, ao longo do século XIX e em, pelo menos, parte do XVIII – motivo que explica o uso etnônimo para as descrições históricas presentes no livro), tratam de informações obtidas a partir do século XIX, notadamente a partir da consolidação da imigração europeia ao Sul do

---

<sup>2</sup> Para evitar o reforço à invisibilização do povo Charrua, hoje habitante em Porto Alegre, é importante mencioná-los como parte da população indígena no Rio Grande do Sul, somada, mais recentemente, por grupos Warao que se instalaram no estado. Também o estudo histórico sobre os Charrua é exíguo, mas existente.

<sup>3</sup> Existem, hoje, duas T.I.s de maioria populacional Laklãnō/Xokleng: 1) Terra Indígena Ibirama-Laklãnō, localizada em área de quatro municípios do Vale do Itajaí, a saber, José Boiteux, Itaiópolis, Vitor Meireles, Doutor Pedrinho; 2) Terra Indígena Rio dos Pardos, no município de Porto União, na fronteira entre Santa Catarina e Paraná. Há ainda retomadas Laklãnō/Xokleng, como as de São Francisco de Paula (RS), Blumenau (SC) e Rio do Oeste (SC).

Brasil, uma vez que foram numerosos (e documentados) os atritos entre colonos e indígenas.

Cunha, por sua vez, se preocupa em recuar até o século XVII, período em que, como demonstra, bandeirantes lagunenses ou vincentistas adentravam os sertões sulinos em busca de apresar e traficar de volta a São Paulo não apenas indígenas Carijós e outros grupos Guarani (cuja história de escravidão se conhece razoavelmente hoje), mas também indivíduos de outros grupos indígenas, identificados, por contraste, ao conjunto de sociedades falantes de línguas Tupi (como os mencionados Guarani) e pela característica de habitação no interior do continente, especialmente em áreas de florestas.

No século XVIII, os Jê nativos dos Campos de Cima da Serra testemunharam o desenvolvimento de diferentes frentes pastoris em seu território, cada uma representando uma configuração sócio-histórica distinta. A primeira, a frente pastoril indígena, consistia no deslocamento que os indígenas Tapes das reduções ao Noroeste do estado promoveram, trazendo centenas de milhares de cabeças de gado oriundas da porção espanhol da Vacaria do Mar até os campos do planalto, onde se formou a Vacaria dos Pinhais. A segunda frente foi marcada pelo tropeirismo que conectava a Campanha às cidades paulistas, em um caminho de transposição de gado que atravessava o planalto sul-rio-grandense. Depois, foram os estancieiros, os quais recebiam sesmarias nos Campos de Cima da Serra, que constituíram uma nova frente pastoril, por meio da instalação de grandes fazendas nessa região.

Ao longo das seções do livro, nota-se o esforço de Cunha em comprovar e descrever, à medida do possível, o alto grau de relações interétnicas vividas por aqueles que mais tarde seriam identificados como Botocudos. Sem entrar em detalhes sobre as transições entre as frentes, vale, de nossa parte, experimentar explicações como cada uma dessas frentes pastoris acarretou mudanças que se solidificaram nas relações sociais dos Botocudos. A frente indígena, ocupando, sobretudo, as áreas de campos devido a suas pastagens naturais pode ter pressionado os Jê ainda mais para as áreas de mata, reforçando essa característica territorial. Já a frente tropeira estabelece um tipo de contato estruturante da vida dos Laklãnõ/Xokleng até o início do século XX, isto é, incursões dos indígenas contra as tropas em busca dos materiais, instrumentos e víveres transportados pelos caminhos que cortavam o território indígena. Por fim, a frente estancieira consolidou a sedentarização de populações não indígenas nos Campos de Cima da Serra, processo que não deixava de lançar mão do apresamento e da escravização, dessa vez sem o transporte para outras regiões do país, dos indígenas Jê, especialmente de mulheres e crianças, considerados menos aptos a fugas. Essa primazia pela captura apenas de mulheres e crianças também é um eixo duradouro na experiência Laklãnõ, mesmo que depois sem o emprego escravista – ao menos formalmente. Desse modo, o livro de Cunha torna plausível enxergar na ênfase da vida florestal, na sistematicidade dos assaltos e na captura preferencial de mulheres e indígenas, fatores datados e transformados historicamente no campo das relações interétnicas de

acordo com a variação de como o espaço era produzido socialmente. Opõe-se, assim, à atribuição de tais fatores a características consideradas intrínsecas à sociedade indígena em questão, atitude que não diferiria daquela dos administradores públicos dos passado.

O século XIX, por sua vez, representou o estreitamento do território dos indígenas então identificados como Botocudos. Até o momento, os caminhos dos tropeiros atravessavam o espaço indígena, ligando diferentes províncias, e os estancieiros se fixavam nos Campos de Cima da Serra, pressionando os Botocudos em direção à borda oriental do planalto. Foi nessas bordas e na planície litorânea que se encontrava abaixo que os Botocudos encontraram novos sujeitos da ocupação do espaço, os colonos do Nordeste sul-rio-grandense (sem contar os demais núcleos de colonização no território botocudo em SC e PR). Com o acirramento da busca, ou da luta, por terra na província emerge um fenômeno importante na formação social sulina, o bugreirismo. Convém ressaltar o uso do *-ismo* promovido por Cunha. Essa forma de nomeação do fenômeno resulta da correta identificação do autor de que a perseguição violenta promovida por homens chamados de “bugreiros” corresponde a mais do que um só arranjo social, como por vezes se faz entender, especialmente quando se descreve a história do contato em Laklãnõ e a sociedade colonial apenas a partir da situação catarinense da passagem do século XIX ao século XX.

Cunha propõe quatro categorias de bugreiros, as quais podiam ou não se combinar: 1) bugreiros indígenas; 2) bugreiros oficiais; 3) bugreiros profissionais (ou particulares); 4) bugreiros ocasionais. Os primeiros correspondiam a certos conjuntos de indivíduos Kaingang aldeados, os quais eram incentivados e pagos para afugentar ou reduzir ao aldeamento grupos de indígenas que habitavam as matas. Os segundos consistiam nas forças regulares de segurança do estado (ex: Guarda Nacional, polícias etc.) empregadas, entre outras coisas, para a repressão aos indígenas. Os bugreiros profissionais, os mais conhecidos, eram equipes de sujeitos especializados na caça aos indígenas, os quais eram pagos pelos serviços, seja pelos colonos, seja pelo estado, inclusive como forma de apoio aos grupos policiais. Os bugreiros ocasionais, enfim, eram todos aqueles que, devido a determinados acontecimentos, como o aparecimento constante de indígenas perto de suas moradias ou a busca por vingança contra indígenas que mataram familiares, convertiam-se, por algum tempo, em homens dedicados ao ataque contra os Botocudos.

A partir daqui, encerro o empenho em resumir aspectos históricos apresentados no livro, deixando de fora o breve capítulo sobre o século XX, já razoavelmente conhecido e presente na demais literatura sobre os Laklãnõ/Xokleng. Movo-me agora em direção a questões que as informações descritas por Cunha suscitam. Nessa esteira, embora a classificação de bugreirismos proposta por Cunha seja elogiável pela complexificação que opera, seu esforço se beneficiaria de três movimentos: 1) demonstrar uma razão forte para falar em “bugreirismos” como formações sociais e espaciais distintas, mais do que em “bugreiros” distintos numa mesma formação; 2) ensaiar, como contraparte ao

primeiro movimento, a explicação de objetivos comuns às diferentes categorias de bugreirismos; 3) investigar a fundo porque o bugreirismo profissional era considerado o mais eficaz entre os vários tipos existentes. Algo necessário à tentativa de realizar esses movimentos será a pesquisa em busca de quem eram os segmentos sociais que compunham os bugreirismos. Possuímos literatura sobre quem eram os Kaingang aldeados do século XIX (com destaque a suas lideranças que eram também chefes de expedição bugreira), sobre a história militar e estatal do Sul e sobre a composição social das frentes colonizadoras nessa região. O que parece faltar, com a exceção de alguns trabalhos de Sílvio Coelho dos Santos, é uma pesquisa sobre quem eram os bugreiros profissionais.

Sabe-se que muitos provinham de um segmento racializado como *brasileiro* e/ou *caboclo*, em oposição aos imigrantes europeus e seus descendentes. As fotografias da época apresentam homens negros entre as equipes de bugreiros. Alguns eram posseiros em áreas que não foram tomadas pelos estancieiros serranos, nem pelos colonos europeus, restando-lhes, portanto, o espaço de mata bastante sobreposto ao que restava ao território indígena nos séculos XIX e XX. Sua marca era a capacidade de conhecimento do ambiente florestal e da organização social indígena. Não eram os bugreiros profissionais os mais eficazes no ataque aos Botocudos justamente porque eram os mais aproximados deles em termos de tecnoeconomia florestal e sobreposição espacial? A rigor, o objetivo seria encontrar explicações para como tais bugreiros conheciam tão bem os grupos sociais que atacavam.

Tecidas algumas considerações e questões que partem dos dados trabalhados no livro de Cunha, cabe, por fim, comentar as origens desses dados e os métodos para sua organização inteligível. Também aí está o mérito do autor, que é capaz de expandir o conhecimento histórico sobre os Laklãnõ/Xokleng por meio de informações dispersas em distintas categorias de fonte. No livro, as fontes documentais consultadas diretamente em arquivos históricos são poucas, relativas a relatórios militares e datadas principalmente do século XIX, contemplando menos os períodos anteriores igualmente estudados por Cunha. A esses documentos de arquivo combinam-se ainda um número grande de referências a dados presentes em livros de historiadores e memorialistas a propósito dos Campos de Cima da Serra, incluindo o subgênero de histórias de município.

Nesse conjunto de textos, as menções aos povos indígenas identificados como Jê, Botocudos ou Laklãnõ/Xokleng são poucas e espalhadas, frequentemente distantes das descrições ou argumentações centrais dos autores. Portanto, somente o levantamento de um número razoável de menções e o esmero em compatibilizá-las consegue produzir caracterizações coerentes de cenários sociais e situações históricas. Enquanto não houver alguma prospecção organizada que mapeie arquivos ao longo do Sul e do Sudeste do Brasil (além de em países de partida da imigração europeia, como Alemanha, Itália e Polônia) que possuam documentos que versem sobre grupos Botocudos e seus antecessores históricos, as fontes secundárias permanecerão um meio

crucial de pesquisa. Isso exige, além de evitar desvalorizá-las, discutir métodos que combinem a busca por cada vez mais detalhes concretos da vida social desses povos indígenas em situação de contato intermitente (na falta de uma palavra melhor) com a capacidade informada de transformar dúvidas e a crítica a fontes em um caminho para hipóteses ou conclusões positivas sobre as relações sociais estudadas.

Como um exemplo em termos empíricos, Cunha demonstra como o cuidado com as informações geográficas presentes nas fontes pode servir para aumentar a chance de precisão a respeito da etnia mencionada, uma vez que os textos aludem a “Bugres”, “Selvagens”, “Gentio” ou mesmo “Coroados” para se referir, sem distinções, a populações já diferentes entre si. Sem diminuir a certeza das interações interétnicas entre os variados povos indígenas no Sul, é possível distinguir grupos sociais pelos locais de ocupação territorial em determinadas épocas, afinal algumas fontes descrevem literalmente as vinculações socioespaciais, algo que cabe ao pesquisador conhecer e estender, sem descartar a possibilidade de mudanças, a casos em que se nomeiam etnônimos indistintos.

O livro *Índios Botocudos nos Campos de Cima da Serra* é conciso e fácil de ler, sem perder a complexidade do tema ou a consciência da incompletude de certas informações históricas. Aliás, Cunha não deixa de pontuar a escrita com indicadores de quais dados poderiam gerar possibilidades de novas pesquisas. Nesse sentido, a delimitação do escopo a uma região do Rio Grande do Sul é importante, providencial até, uma vez que o livro antecede, cronologicamente, a consolidação da retomada Xokleng Konglui em São Francisco de Paula, um dos mais antigos municípios dos Campos de Cima da Serra. Trata-se, na realidade, de um local já há anos conhecido e visitado pelos indígenas, ao longo de um longo processo que precede a mobilização da atual retomada. Ainda assim, não se pode deixar de assinalar a carência de uma pesquisa que aborde a história Laklãnō/Xokleng de um ponto de vista territorial mais amplo, sem que o escopo se prenda a divisões estaduais, não porque as fronteiras políticas não produzam efeitos, mas porque tais efeitos se fazem ver no vínculo entre ocupação espacial e extermínio indígena, do qual os sobreviventes se concentraram, no século XX, em poucos espaços de Santa Catarina, onde, mesmo assim, tem seu direito à terra reiteradamente colocado em risco. Para tanto, parece-me, os primeiros passos estão na leitura dos livros de Lauro Pereira da Cunha como meio de informar alguns caminhos empíricos (espaços habitados, etnônimos, situações interétnicas, etc.) para o rastreamento de fontes históricas ainda não estudadas, organizadas ou conhecidas a propósito das configurações sociohistóricas dos grupos que hoje se identificam como Laklãnō/Xokleng.

Recebido em: 15/06/2023 \* Aprovado em: 26/08/2023 \* Publicado em: 31/08/2023

---